

Comissão derruba proposta de estatizar cartórios

BRASÍLIA — A ausência de quatro parlamentares contrários à privatização dos cartórios impediu que a Comissão de Sistematização estatizasse os serviços notariais e de registro, transferindo para o governo os lucros hoje auferidos pelos donos de cartórios. Em três votações em que ficou nítida a maioria favorável à estatização, a Sistematização não teve quórum para votar emendas alterando o projeto de Bernardo Cabral.

A baixa frequência ao plenário depois do feriado não impediu contudo que 78 constituintes votassem a favor de uma emenda do deputado Luís Inácio da Silva, Lula (PT-SP), determinando que os estados instalem juizados especiais para o julgamento de pequenas causas, como desavenças conjugais, desentendimentos com síndicos, discussões com motorista de táxi e conflitos de vizinhança. Contra os únicos votos de Manoel Viana (PMDB-CE) e Alfredo Campos (PMDB-MG), a Sistematização permitiu que esses juizados sejam presididos até por leigos.

Ônus — Mas a votação que deixou mais tenso o plenário foi mesmo a das emendas que estatizam os cartórios. O texto de Bernardo Cabral, que acabou prevalecendo, diz apenas que "os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público". Desde o início dos trabalhos, o senador José Paulo Bisol

(PMDB-RS) e os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e Vladimir Palmeira (PT-RJ) começaram a trabalhar para mudar essa redação. Argumentavam que nem o regime militar e nem mesmo o ex-ministro Armando Falcão, que é dono de cartório, ousaram privatizar as serventias notariais.

Para falar em favor do lobby dos cartórios, um dos que mais exaustivamente agiu na Constituinte, foi indicado o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ), dono de cartório em Petrópolis. O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) ainda tentou argumentar que, tratando-se de causa própria, o constituinte devia dar-se por impedido até para votar as emendas em exame. Mas isso não embaraçou Adolfo. Ele disse que a Federação não aguentaria o ônus insuportável de os estados assumirem as serventias notariais.

Na opinião do parlamentar, um dos mais influentes auxiliares de Bernardo Cabral na redação do texto referente aos cartórios, a estatização das serventias criaria a máquina burocrática mais corrupta do país. Ele argumentou ainda que, via imposto, todos os trabalhadores ajudariam a manter os cartórios, enquanto atualmente só pagam serviços notariais e registrais as pessoas ricas que precisam por exemplo de escritura para a compra de uma casa. "Con-

fesso que estou estarecido com a tentativa de tirar os cartórios das mãos da iniciativa privada", disse o deputado.

Títulos — Falaram em favor da estatização os constituintes José Genoíno (PT-SP), Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE) e Vivaldo Barbosa, mas Bernardo Cabral pediu que seu texto fosse mantido como estava. E, por 43 votos a 41, ficou decidido que apenas as serventias do foro judicial, ou seja, os cartórios existentes nas varas da Justiça, serão estatizadas, respeitados os direitos dos atuais titulares. Por 59 votos a 17, a Comissão de Sistematização decidiu também que o ingresso nessa atividade dependerá obrigatoriamente de concurso público de provas e títulos, não se permitindo que qualquer serventia fique vaga, sem abertura de concurso, por mais de seis meses.

O artigo 115 do projeto de Bernardo Cabral, que facultava aos estados instalar juizados de pequenas causas, ganhou a seguinte redação: "A Justiça dos estados deverá instalar juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante procedimento oral e sumaríssimo, permitida a transação e o julgamento por turmas de juízes de primeiro grau".

Constituinte sob ameaça de impasse

O deputado Ulysses Guimarães admite estar irritado com o presidente José Sarney, com o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, e com os que comandam o chamado Centro Democrático — um aglomerado de parlamentares moderados do PMDB que até hoje não revelou, com exatidão, o seu tamanho. A eles, Ulysses atribui parte da responsabilidade pela campanha que pretende, a seu ver, desmoralizar a Constituinte. Está particularmente insatisfeito com a manobra ora em curso para alterar o regimento interno da Constituinte.

O primeiro dia de funcionamento do plenário da Constituinte coincidirá com a apresentação do projeto de resolução que, mudando o regimento interno da Assembleia, permitirá o oferecimento de emendas que substituam, integralmente, títulos, capítulos e seções do projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, que ainda está sendo votado pela Comissão de Sistematização. O regimento aprovado pela própria Constituinte, logo no início dos seus trabalhos em março passado, só permite emendas a artigos, parágrafos e incisos e a parte deles.

Na época, os constituintes do centro e da direita concordaram com isso. Foi amparado no dispositivo que o deputado Sant'Anna foi contra a aceita-

ção de emendas integrais elaboradas por constituintes moderados do PMDB e do PFL, liderados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) ainda na fase em que a Assembleia se dividiu em comissões. Algumas votações que ocorreram no âmbito da Comissão de Sistematização fizeram Sant'Anna e seus aliados mudarem de idéia e tentarem o que agora tentam.

A direita e uma fatia de parlamentares que julgam ocupar o centro do espectro político abominaram a aprovação da "garantia do emprego contra a demissão imotivada", o pagamento em dobro da hora extra, a extensão de 90 para 120 dias da licença para a gestante e a obrigatoriedade de as empresas reservarem 10% de suas vagas para empregar pessoas com mais de 45 anos de idade. Com a abertura para a apresentação de emendas integrais, querem corrigir essas decisões e obter a aprovação em bloco de matérias do seu interesse.

Para alterarem o regimento, precisarão exibir o apoio de 280 constituintes — metade mais um do total de 559. "Acabamos de ultrapassar, neste momento, a barreira das 200 assinaturas", anunciou Sant'Anna no final da tarde de ontem. Ao meio-dia, o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) antecipara que o apoio já somava 210 constituintes. "Aposto que não chegarei aos 230", desafiou o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) no início da noite. Caso a marca dos 280 seja alcançada, Ulysses, como presidente da Constituinte, terá que proceder conforme o regimento.

Mandarar ler, publicar a proposta e a submeterá a dois turnos de votação. Poderá, se quiser, gastar todo o tempo de tramitação previsto no regimento — algo em torno de 25 a 30 dias. Até lá, a Comissão de Sistematização deverá ter

encerrada a votação do projeto de Constituição de Cabral, e o plenário da Constituinte votado alguns títulos ou capítulos do projeto. Ulysses e as demais lideranças partidárias ganharão tempo para manobrar e evitar a aprovação da proposta no plenário da Constituinte. "Essa proposta não passará", garante a deputada Sandra Cavalcanti.

Na hipótese, por ora remota, de que seja aprovada, não significará que a direita e o centro poderão, afinal, fazer a Constituição que bem entendam. A aprovação de cada emenda integral a títulos, capítulos e seções dependerá de que se renove, de cada vez, a maioria de 280 votos no plenário da Constituinte. Não será fácil. Mas, pelo menos, será menos difícil que obter essa maioria para a votação de cada artigo, parágrafo e inciso. No varejo das votações pingadas, a esquerda e os liberais levariam vantagem. No atacado, as chances estão mais para o centro e a direita.

Sant'Anna e seus aliados operam com competência no episódio. Por absoluta falta de articulação entre eles, perderam mais do que ganharam até agora nas votações realizadas na Comissão de Sistematização. Mesmo que não consigam mudar o regimento, sairão do episódio mais articulados depois de dar, de qualquer forma, uma exibição de força. A esquerda e os liberais acusaram o poder do golpe — tanto que Ulysses transferiu de hoje para amanhã o início da votação do projeto de Cabral no plenário da Constituinte. Ganhou pouco mais de 24 horas para tentar evitar o confronto.

— A Constituinte corre riscos mas se conseguir concluir em paz o seu trabalho, a classe política terá dado prova de rara competência — reconhece o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

O que Covas observa

Ao retomar, ontem, a liderança do PMDB na Constituinte, o senador Mário Covas mergulhou em um quadro radicalmente alterado desde que ele se ausentara para tratamento médico. Covas encontra, segundo observou, o parlamentarismo consolidado entre os constituintes. "O plenário confirmará o que a Comissão de Sistematização decidiu", prevê. Registra a desvinculação entre sistema de governo e extensão de mandato do presidente Sarney. "Antes, o parlamentarismo era acompanhado dos cinco anos para Sarney. Hoje, cresce o bloco dos quatro anos", confere.

O que Ulysses deseja

A consolidação do parlamentarismo na Constituinte e o crescimento do bloco dos que só querem ver Sarney governar quatro anos não conseguiram fazer ainda com que o deputado Ulysses Guimarães desistisse de lutar pela manutenção do presidencialismo e por um mandato de cinco anos para Sarney. Ulysses tem alertado os líderes do PMDB em Brasília e nos estados para o risco que correrá o partido, caso o sucessor de Sarney seja escolhido no próximo ano. Argumenta com o desgaste que sofre o PMDB por apoiar o governo e confessa temer uma dura derrota eleitoral.

O que Sarney pretende

O presidente Sarney, na verdade, não estaria mais a essa altura preocupado com a extensão do seu mandato, confidencia um dos seus mais íntimos auxiliares. Tanto faz que dê cinco anos, como quer, ou quatro, como parece querer grande parte dos constituintes. O objetivo principal de Sarney, segundo esse auxiliar, é o de levar a Constituinte a produzir uma Constituição conservadora, que o presidente julga mais de acordo com o perfil da sociedade brasileira. Pretende jogar com a força de sua liderança para obter o que pretende.

Ricardo Noblat



O juiz Loewenkron e pilhas de processo: no cartório oficial, tem que comprar telefone

O poder dos amigos do rei

No país do clientelismo, os cartórios têm tanto poder que há dez anos contribuíram para o fechamento do Congresso e para uma reforma ditatorial da Constituição que, entre outras medidas, tornou indireta a eleição de governador, criou a figura do senador biônico, aumentou para seis anos o mandato de presidente e estendeu a proibição de debates no rádio e televisão (Lei Falcão) para todos os níveis de disputa eleitoral.

O projeto de reforma do Judiciário preparado em 1977 pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, dono de um cartório apresentado por Juscelino Kubitschek, oficializava apenas os cartórios que estavam sem titulares. A reação dos parlamentares da oposição a essa e a várias outras propostas do

projeto, como a descentralização dos tribunais federais, fez o governo Geisel fechar por 15 dias o Congresso e a baixar o que ficou conhecido como pacote de abril, a série de medidas que provocou o recuo da abertura democrática e não reformou o Judiciário.

Os cartórios no Brasil são uma herança de Portugal. Eles funcionavam lá como uma concessão do rei aos seus amigos. Esse sistema, lembra o juiz Rudi Loewenkron, da 19ª Vara Cível do Rio, funcionou no Brasil até o início da década de 60, quando a iniciativa privada já tinha assumido a fatia mais lucrativa dos negócios cartoriais, que são os registros de imóveis e protesto de títulos, por cujas caixas registradoras passam mensalmente fortunas incalculáveis.

O juiz Loewenkron, que comanda um cartório estatal, reconhece que os particulares são mais eficientes e modernos, mas acha que se fossem todos oficializados poderiam no conjunto oferecer serviço melhor, desde que o Tribunal de Justiça pudesse gerir a receita originada das custas e taxas judiciárias. Atualmente, a arrecadação dos cartórios oficiais entra na receita geral do

estado e não retorna na mesma proporção para a Justiça, segundo o juiz.

— A Constituinte — afirmou — deveria aprovar um mecanismo que garantisse uma forma de o poder público aparelhar o Judiciário. Os cartórios oficializados poderiam até concorrer com os cartórios particulares em qualidade de serviço.

O escrevente Ricardo Fernandes Matos, 37 anos, há 17 no ramo, define assim a qualidade do serviço do cartório da 19ª Vara, que atende também à 41ª Vara Cível: "Isto aqui é meio caminho andado para o Pinel". Como Ricardo, os 17 funcionários do cartório atendem a uma média de 250 pessoas por dia, trabalhando em meio a dificuldades que vão desde a falta de espaço à escassez de material como papel, cadeira, arquivos e até telefone.

O juiz Loewenkron teve que comprar seu próprio telefone, que é mantido em cadeado e guardado diariamente num armário, após o expediente. A conta, no final do mês, também sai do bolso do juiz, que há poucos dias teve que se dirigir ao presidente do Tribunal de Justiça para conseguir a cadeira da qual emite suas sentenças.